

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

DE SANTA



CATARINA

ANO I

Florianópolis, 14 de Agosto de 1934

NUMERO—131

Governo do Estado

DECRETO N. 655

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e consultando os interesses do município de Indaial,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no município de Indaial o distrito Aquidaban, com os seguintes limites:

Ao Norte — Distrito de Ascurra, pelo divisor de águas dos rios Guaricanas e Jacuca até a mais alta cabeceira do ribeirão Domingos, o qual desce à sua foz no rio Itajaí-Assú, seguindo, então, pelo ribeirão Rôedel acima até sua mais alta cabeceira;

Ao Sul — Município de Brusque, pelos seus atuais limites com o município de Indaial;

A Leste — Distrito de Indaial, pelo divisor de águas dos rios Warnow e Neiss;

A Oeste — Municípios do Rio do Sul e Dalbergia, pelos seus atuais limites com o município de Indaial.

Art. 2.º — A sede do novo distrito será o povoado do mesmo nome.

Art. 3.º — A instalação do Distrito ora criado será no dia 26 do corrente mês.

Art. 4.º — O primeiro provimento vitalício da respectiva Escrivania Distrital será feito livremente pelo Governo, independente de concurso.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Florianópolis, 13 de agosto de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

Plácido Olímpio de Oliveira (2.841)

RESOLUÇÃO N. 3.910

O Doutor Plácido Olímpio de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, no exercício das funções de Interventor Federal interino no Estado de Santa Catarina, à vista da proposta feita pela Diretoria da Instrução Pública, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça,

RESOLVE

remover a professora Maria Julia d'Ávila, do Grupo Escolar «Felipe Schmidt», da cidade de São Francisco, para o Grupo Escolar «Raulino Horn», da vila de Indaial.

Palácio do Governo em Florianópolis, 9 de agosto de 1934.
PLACIDO OLÍMPIO DE OLIVEIRA
José da Costa Moellmann (2.834)

RESOLUÇÃO N. 3.917

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições,

RESOLVE

considerar sem efeito a Resolução n. 1.232, de 31 de dezembro de 1931, na parte em que nomeou José da Costa Flores para exercer, por um quadriênio, o cargo de Suplente do Juiz Distrital de «Penha do Itapocoró», do Município e Comarca de Itajaí, por não ter prestado o compromisso legal.

Palácio do Governo em Florianópolis, 13 de agosto de 1934.
ARISTILIANO RAMOS
Plácido Olímpio de Oliveira (2.842)

(Continua na 2a página)

Legislação Federal

DECRETO N. 23.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1933

Regula o exercício das profissões de engenheiros, de arquiteto e de agrimensor

(CONTINUAÇÃO)

Art. 32. Consideram-se da atribuição do engenheiro mecânico-eletricista:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;

c) trabalhos de captação e distribuição de água;

d) trabalhos de drenagem e irrigação;

e) o estudo, projeto, direção, e execução das instalações da força motriz;

f) o estudo, projeto, direção e execução das instalações mecânicas e electro-mecânicas;

g) o estudo, projeto, direção e execução das instalações das oficinas, fábricas e indústrias;

h) o estudo, projeto, direção e execução de obras relativas às usinas elétricas, às redes de distribuição e às instalações que utilizem a energia elétrica;

i) assuntos de engenharia legal concernentes aos indicados nas alíneas a e h deste artigo;

j) vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores.

Art. 33. São de competência do engenheiro electricista:

a) trabalhos topográficos e geodésicos;

b) a direção, fiscalização e construção de edifícios;

c) a direção, fiscalização e construção de obras de estradas de rodagem e de ferro;

d) a direção, fiscalização e construção de obras de captação e abastecimento de água;

e) a direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação;

f) a direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;

g) a direção, fiscalização e construção de obras concernentes às usinas elétricas e às redes de distribuição de electricidade;

h) a direção, fiscalização e

construção das instalações que utilizem energia elétrica;

i) os assuntos de engenharia legal, relacionada com a sua especialidade;

j) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 34. Consideram-se da atribuição do engenheiro de minas:

a) o estudo da geologia económica e pesquisa de riquezas minerais;

b) a pesquisa, a localização, prospecção e valorização de jazidas minerais;

c) o estudo, projeto, execução, direção e fiscalização de serviços de exploração de minas;

d) o estudo, projeto, exercício, direção e fiscalização de serviços de indústria metalúrgica;

e) assuntos de engenharia legal, relacionados com a sua especialidade;

f) vistorias e arbitramentos concernentes à matéria das alíneas anteriores.

Art. 35. São da competência do engenheiro-geógrafo ou do geógrafo:

a) trabalhos topográficos;

b) o estudo, traçado e locação das estradas sob o ponto de vista topográfico;

c) vistorias e arbitramentos relativos das alíneas anteriores.

Art. 36. Consideram-se da atribuição do agrimensor:

a) trabalhos topográficos;

b) vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura.

Art. 37. Os engenheiros agrônomos, ou agrônomos, diplomados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, ou por escolas ou cursos equivalentes, a critério do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, deverão registrar os seus diplomas para os efeitos do art. 10.

(CONTINUA)

(2.765)

Sumário

Interventoria Federal
Decreto
Resoluções
Portaria
Secretaria do Interior e Justiça

Expediente das Repartições subordinadas
Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura

Expediente das Repartições subordinadas

Prefeituras Municipais
Expediente

Boletim Eleitoral
Editais diversos

Governo do Estado

(Continuação da 1a. página)

RESOLUÇÃO N. 3.918

O Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições,

RESOLVE

exonerar, a pedido, Teodoro Rodrigues, do cargo de Escrição Distrital interino de «Nossa Senhora do Socorro», do Município e Comarca de São Joaquim da Costa da Serra, e nomear Raimundo Macedo para a serventia interina do referido officio, na conformidade do art. 2º do Decreto n. 322, de 27 de janeiro de 1933.

Palácio do Governo em Florianópolis, 13 de agosto de 1934.

ARISTILIANO RAMOS

Plácido Olímpio de Oliveira (2.843)

PORTARIA N. 185

O Doutor Plácido Olímpio de Oliveira, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Justiça, no Estado de Santa Catarina, designa Albertina Silva para substituir a professora Zulma Zoé Zimmermann, da escola mixta de Poco Grande, no município de Gaspar, percebendo a gratificação da substituída.

COMUNIQUE-SE

Secretaria do Interior e Justiça em Florianópolis, 9 de agosto 1934.

PLACIDO OLÍMPIO DE OLIVEIRA (2.835)

O Doutor Plácido Olímpio de Oliveira, Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Justiça, no Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições,

RESOLVE

exonerar, a pedido, José Venancio Lacerda do cargo de Servente da Diretoria do Interior e Justiça e nomear, em substituição, Targino Arnaldo de Orleans.

COMUNIQUE SE

Secretaria em Florianópolis, 13 de agosto de 1934.

PLACIDO OLÍMPIO DE OLIVEIRA (2.844)

Expediente do Excm. Sr. Interventor Federal

Requerimento despachado

MÊS DE AGOSTO

DIA 9

Olga Apolinária de Souza e Avandrilha Hungria da Queluz Cifuentes — Pedem permuta — Deferido.

Expediente do sr. Secretario do Interior e Justiça

Requerimentos despachados

Mês de Agosto

DIA 9

Empresa Auto-Viação Catarinense Ltda. «Encaminhe-se ao Tesouro».

Carlos Leyemdecker. «Encaminhe-se ao Tesouro».

João Luciano de Souza. «Remeta-se à Chefatura de Polícia».

DIA 10

Guilherme Scheide. — «De acôrdo com as informações e processo de empenho, pague-se a quantia de trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos réis (385\$800).»

Dr. Saturnino von Kersting Maisonnète. «Pague-se, de acôrdo com as informações e processo de empenho, a quantia de cento e noventa mil réis (190\$900).»

DIA 13

Dr. Augusto Cesar Veiga. «Informe a Diretoria do Interior e Justiça». (2.845)

Expediente do sr. Secretario da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura

Requerimentos despachados

MÊS DE AGOSTO

DIA 7

Henrique Piazeria. Indeferido.

DIA 8

Carlos Hoepcke S. A. A' vista das informações e documentos pague-se a quantia de ... 46\$000.

Siriaco T. Atherino & Irmão. A' vista das informações e documentos pague-se a quantia de 2:541\$700, por conta do credito especial.

DIA 9

Carlos Otaviano Seára. A' vista das informações, pague-se a quantia de 13:929\$000, devendo o requerente recolher aos cofres estaduais a importância de rs. 278\$400 do imposto de 2% sobre contratos, o depositar a de rs. 2:784\$000, correspondente à caução a que se refere a clausula 9a. do respectivo contrato.

Reinaldo Nienecotter. A' vista das informações e documentos, pague-se a quantia de ... 3:158\$000.

João Cascaes. A' vista das informações e documentos, pague-se a quantia de 72\$200.

DIA 10

Afonso Celso de Lima. Pague-se a importancia de ... 380\$000.

DIA 11

Hamilton Loiola. A' vista das informações e documentos pague-se a quantia de ... 820\$900.

José Martins. Idem idem de 550\$000.

Hugo Mund. Idem idem de 100\$000.

DIA 13

S. A. Casa Moellmann. A' vista das informações e documentos, pague-se a quantia de 526\$900.

Carlos Hoepcke S. A. Idem idem de 2:873\$700.

(2.833)

Expediente da Secretaria do Interior e Justiça

MÊS DE AGOSTO

DIA 10

Telegramas recebidos	3
Ofícios recebidos	12
Ofícios expedidos pela Secretaria	11
Ofícios expedidos pela Diretoria	3
Titulos registrados	2
Resoluções anotadas e registradas	3
Empenhos registrados	2
Requerimentos entrados na Portaria	9
Despachos interlocutórios em requerimentos	5

Estatutos da União Recreativa «25 de Dezembro»

Nos estatutos da União Recreativa «25 de Dezembro», houve um lapso de revisão que agora retificamos:

O artigo 46 do Capitulo XI está assim redigido:

«Uma vez encetados os trabalhos a Assembléa prosseguirá com qualquer numero que se conserve presente à mesma».

(2.854)

Junta Comercial do Estado

MÊS DE JULHO DE 1934

Distratos

Firma — Construtora Blumenauense Ltda. — N. d. Regs. — 1.354 Data do Regs. — 28-7-934. — De Luis Manke, Alfredo Michelmann e Wilhelm Mahnke, brasileiros e residentes em Blumenau, socios componentes da firma «Construtora Blumenauense Ltda.», resolvem dissolver a dita sociedade, pelas condições seguintes:

1º) O socio Wilhelm Mahnke assumirá todo o ativo e passivo da sociedade, exclusivo os encargos decorrentes das construções:

2º) Os socios Luis Mahnke e Alfredo Michelmann obrigam-se a passar ao socio Wilhelm Mahnke as guitações relativas aos seus recebimentos por saldo de capital e lucros, declarando-se pagos e satisfeitos, etc. O socio Alfredo Michelmann recebe a quantia de rs. 6:281\$230 e o socio Luis Mahnke recebe a quantia de rs. 2:309\$730.

Alteração

Firma—Luis Remor & Cia. Ltda. — N. do Regs. — 1.353. Data de Regs. — 14-7-934. — De Giacomo Burigo, Paulo Rizzieri e Luis Remor, socios componentes da firma «Luis Remor & Cia. Ltda.», da praça da Laguna, resolvem fazer as seguintes alterações em seu contrato social;

1º) Os socios Giacomo Burigo e Paulo Rizzieri retiram-se da sociedade recebendo cada um a quantia de rs. 10:000\$000 de seu capital, ficando livres e desembaraçados de qualquer responsabilidade.

2º) São admitidos como socios solidarios Antonio Burigo e Dosolina Rizzieri, entrando cada um com a quantia de rs. 10:000\$000;

3º) O socio Luis Remor entrará para firma com a quantia de rs. 10:000\$000.

t As demais clausulas continuam em vigor.

Cancelamentos

Foram canceladas no mes de junho e julho as seguintes firmas:

1º) Kosmos & Lucas, para a exploração do comercio de secos e molhados, nesta praça, em 16-6-934.

2º) Ana de Campos Kuhn, para a exploração do comercio de secos e molhados em Lauro Müller, em 16-6-934.

3º) Celso Silveira de Souza, para a exploração do comercio de loterias, etc., em ... 28-7-934.

(2.755)

EDITAL DE INSCRIÇÃO

REGIÃO SANTA CATARINA

Decima Zona Eleitoral

Juiz: Dr. Alfredo von Trompowsky

Escrivão: Hygino Luiz Gonzaga.

4.396 — Euclides Vieira da Silva, com 24 anos de idade, filho de Porfirio Vieira da Silva e de Virginia Anastacia, nascido no distrito do Saco dos Limões, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 30 de setembro de 1909, solteiro, barbeiro, com domicílio eleitoral no distrito do Saco dos Limões (qualificação requerida).

4.397 — Elias Mansur Elias, com 18 anos de idade, filho de Mansur Elias e de Maria Salão, nascido na Enseada de Brito, Palhoça, Estado de Santa Catarina, no dia 14 de junho de 1916, solteiro, comerciante, com domicílio eleitoral em Florianópolis (qualificação requerida).

4.398 — Maria Adelina de Souza Lobo, com 53 anos de idade, filha de José Theodoro de Souza Lobo e de Custodia Amalia do Sacramento Lobo, nascida em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de dezembro de 1875, solteira, doméstica, com domicílio eleitoral em Florianópolis (qualificação requerida).

4.399 — Inocência Manoel Alves, com 33 anos de idade, filho de Manoel Bernardo Alves e de Candida Leandra Alves, nascido em Trindade, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 28 de julho de 1901 casado, militar, com domicílio eleitoral no distrito da Trindade (qualificação ex-officio).

4.400 — Nuno da Gama Lobo d'Eça, com 23 anos de idade, filho de Joaquim da Gama Lobo d'Eça e de Turibia Melo, nascido em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 25 de abril de 1911, casado, militar, com domicílio eleitoral em Florianópolis (qualificação ex-officio).

4.401 — Virgília Monteiro, com 22 anos de idade, filha de Euripedes Fernandes Monteiro e de Edwige C. Monteiro, nascida em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 21 de abril de 1912, solteira, funcionária pública, com domicílio eleitoral em Florianópolis (qualificação ex-officio).

4.402 — Romeu de La Martinière, com 22 anos de idade, filho de João Augusto de La Martinière e de Izolina de La Martinière, nascido em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no dia 17 de junho de 1912, solteiro, guarda-livros, com domicílio eleitoral em Florianópolis (qualificação ex-officio).

EDITAL

REGIÃO SANTA CATARINA

Decima Zona Eleitoral

Juiz—Dr. Alfredo von Trompowsky.

Escrivão—Hygino Luiz Gonzaga.

Qualificados por despacho de 9 de agosto de 1934:

5.001 Izaltino Lucio Cabral, 5.002 Renilda Ferreira da Cunha, 5.003 Ulysses Garrido de Moura, 5.004 Nadir Cunha Carreirão, 5.005 Maria das Dóres Souza, 5.006 Maria Benta dos Passos, 5.007 Edgard Scheider, 5.008 Maria de Lourdes da Cunha, 5.009 Eliza Maria de Bittencourt, 5.010 Julieta José da Silva, 5.011 Judith Cunha, 5.012 Joaquim Lucio Sardá, 5.013 José Arnaldo da Cunha, 5.014 Maria Vieira de Brito, 5.015 Manoel Acaçio Sardá, 5.016 Manoel Gregorio de Carvalho, 5.017 Manoel Francisco de Andrade, 5.018 Maria Joana Sardá, 5.019 Mario Leopoldo da Rosa, 5.020 Marciano Timotheo Alves, 5.021 Lidio João da Luz, 5.022 Lindolpho Germano da Silva Brito, 5.023 Henrique Stodick, 5.024 Joaquim Vicente Avila, 5.025 Libânia Francisca Alves, 5.026 Timotheo Manoel da Costa, 5.027 Rosa Francisca Pacheco, 5.028 Valerio Manoel Sardá, 5.029 Ondina Xavier de Brito, 5.030 Carolina Martinha da Cunha, 5.031 Castorina Lionidia de Oliveira, 5.032 Edite Adelina da Cunha, 5.033 Oscar Beirão Ruffs, 5.034 Nair Fornérrolli, 5.035 Nivaldo Adalberto Fornérrolli, 5.036 Norberto da Silveira, 5.037 Manoel Luduvino Machado, 5.038 Maria Rita da Silveira, 5.039 Lucy Dias, 5.040 Carlos Bonetti, 5.041 Diomar das Neves Lisboa, 5.042 Alberto Julião da Luz, 5.043 Aristotélina da Silva Brito, 5.044 Algemira Honorina de Brito, 5.045 Aducci Monteiro de Brito, 5.046 Alfredo Antonio Nunes, 5.047 Tolentina da Silva Pires, 5.048 Felicidade Genoveva Rochadel, 5.049 Alcyon Pires Gomes, 5.050 Francisca Maria de Jesus, 5.051 Oswaldo Arêas Horn, 5.052 Julio Linhares, 5.053 Francisco Mario Pereira, 5.054 João Pavan, 5.055 Cecília Francisca da Silva Ruffs, 5.056 Francisca Marta Goulart Bernardes, 5.057 Manoel Silveira, 5.058 Manoel Antonio de Barcellos, 5.059 Virginia Alves, 5.060 João Gonçalves, 5.061 Flóra Cunha Carreirão, 5.062 Martinho dos Anjos, 5.063 João Galdino dos Santos, 5.064 João Roque, 5.065 Minelvina Maria da Rocha, 5.214 Iná Luiza de Brito, 5.215 Rosa Lima da Silva, 5.216 Leopoldina Ferreira Machado, 5.217 Ana Alves da Silveira, 5.218 Afonsina Lopes de Sousa, 5.219 Hermann Beck, 5.220 Alexandrina Maria Pul-

Diario Oficial do Estado

RUA JERONIMO COELHO, 15

TELEFONE No. 1028

CAIXA POSTAL N. 138

Tabela de preços de assinaturas

Para a capital

Por ano 40\$000
Por semestre 22\$000

Para fóra da capital

Por ano 44\$000
Por semestre 25\$000

Para funcionarios publicos

Por ano 28\$000
Por semestre 15\$500

Para o estrangeiro

Por ano 57\$000
Por semestre 32\$000

NÚMERO DO DIA \$200

NÚMERO ATRAZADO \$300

As assinaturas começam em qualquer tempo e terminam sempre a 30 de junho ou 31 de dezembro.

Diretoria de Terras e Colonização

INSPETORIA DO 5. DISTRICTO

Sede em Mafra

EDITAL n. 36

Prazo de 60 dias

De ordem do Sr. Eng. Diretor de Terras e Colonização, faço publico, para conhecimento dos interessados, que a petição n. 755/34, de Jacintho José de Borba, requerendo título definitivo de um terreno que lhe fora concedido pelo Governo do Estado por despacho de 16 Agosto de 1904 no lugar denominado "Itaperiá", do Município de Parati, se acha nesta Inspeção com vistas aos oponentes e interessados durante o prazo de 60 dias, findo o qual e não havendo contestação será a dita petição encaminhada à Diretoria de Terras e Colonização, para despacho final do Exmo. Sr. Cel. Interventor Federal.

E para que ninguém alegue ignorancia, depois de ter lido o presente em livro proprio, extraí diversas copias para serem publicadas pelo "Diario Oficial" e afixadas nos lugares mais publicos de municipio de Parati.

Inspeção do 5. Distrito de Terras e Colonização, Mafra, em 24 de Julho de 1934.

Hugo Mund
Inspector
(2698)

cina, 5.221 Candido Pereira dos Anjos, 5.222 Osmar Rigueira, 5.223 Acelino Ventino Sant'Anna, 5.224 Alberto Entres, 5.225 Thomazia Joaquina de Jesus. Foram indeferidos: o de n. 5.213, da requerente Elsa Judith Sant'Anna porque usa prenome composto, quando da certidão o mesmo é simples e o de n. 5.188, da requerente Edina Brasinha, por não estar a firma da certidão devidamente reconhecida.

Florianópolis, 10 de agosto de 1934.

Qualificação ex-officio

João Grams, Sebastião Francisco Machado, Carlos Truppel, Paulo Alexandre da Costa Francisco Paulo Souza, Corinto Antonio de Oliveira, Benizio Crescencio Forte, Generoso Domingos de Souza, Lourenço Jeronimo Forte, João Ferreira, Antonio Rito da Silva, Militão Manoel Ferreira, Manoel Domingos Jorge, João Conceição, José Borba, Antonio Adriano, Manoel Faustino da Rocha, Adelino Miguel da Rosa, Jorge Agostinho dos Santos, Carlos Quiriguine, José Faustino, Agostinho Martins, Hipolito Manoel da Costa, Luiz Zilli, Ladislau Cardoso, João Batista de Moura, João Monguilhot Netto, Acelina Alves Ferreira, Humberto Machado, Inelino da Silva Santos, Oswaldo Lentz, Maria Beatriz Duarte Rosa, Alcebiades Domingos da Costa, Orlando Campos, Zury Segui da Cunha e Renato Demaria Cavallazzi.

O Escrivão
Hygino Luiz Gonzaga
(2.812)

Ministerio da Fazenda

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

De ordem do sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados, que a sra. Maria José Perro-ne requereu em petição datada de 26 de janeiro de 1934, o afôramento perpetuo de um terreno de marinha, situado no Largo 13 de Maio, nesta Capital, medindo 10,m35 de frente por 33 de fundos, com as seguintes confrontações: Frente ao Largo 13 de Maio, lados com a Travessa Loureiro e Rodolfo Batista de Araujo e fundos com o terreno alodial da requerente.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3. e 4., do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento da mesma senhora, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida, de acôrdo com o artigo 16. do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o afôramento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União, em 10 de agosto de 1934.

Silvio Dias Fernandes

Escrivão do Registro

Visto

Delegacia Fiscal em Florianopolis, 9 de agosto de 1934

F. Cardoso Menezes
Delegado Fiscal

30-2

(354)

TESOURO DO ESTADO

Coletoria de Florianopolis

Arrecadação efetuada pela Coletoria de Florianopolis, de 1.º até o dia 13 do corrente: 27:247\$300.

2847

Ministerio da Fazenda

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Santa Catarina

Administração do Dominio da União

De ordem do Sr. Delegado Fiscal, torno publico, para conhecimento dos interessados, que o sr. Agostinho Hermes da Rocha requereu em petição datada de 19 de Agosto de 1933, o afôramento perpetuo de um terreno de marinha, situado no Largo 13 de Maio, nesta Capital, medindo 6,m80 de frente, por 33 de fundos, com as seguintes confrontações: Norte, Oswaldo Costa; Leste, com a Guaranição Federal; Sul, com José Tomaz de Aquino e ao Oeste com Largo 13 de Maio.

Em virtude de terem sido ouvidas, sem impugnação, todas as Repartições de que tratam os artigos 3.º e 4.º do Decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, vai ser deferido o requerimento do mesmo senhor, si dentro do prazo de 30 dias, a contar desta data, nenhuma reclamação fôr apresentada a esta Delegacia que impeça a concessão pretendida, de acôrdo com o artigo 16 do citado Decreto, sendo que, depois de expirado o dito prazo, nenhuma impugnação poderá ser mais tomada em consideração por esta Delegacia.

Ficará sem efeito o afôramento do terreno acima descrito, si em qualquer tempo fôr constatada a existencia de areias monazíticas ou metais preciosos.

Administração do Dominio da União em 10 de Agosto de 1934.

Sylvio Dias Fernandes
Escrivão do Registro

Delegacia Fiscal em Florianopolis, 9 de agosto de 1934.

F. Cardoso de Menezes
Delegacia Fiscal

(353)

30-2

JUIZO DA 2.ª VARA

Edital com o prazo de 8 dias

O Dr. Miletto Tavares da Cunha Barreto, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Florianopolis, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital de segunda praça com o prazo de (8) oito dias virem ou dele conhecimento tiverem, que o porteiro dos auditorios deste Juizo ha de trazer a publico pregão de venda e arrematação a quem mais dêr e maior lance oferecer além da avaliação, com o abatimento de vinte por cento 20 (oito) no dia de-

TESOURO DO ESTADO

Coletoria Estadual de Florianopolis

IMPOSTO DE INDUSTRIAS E PROFISSÕES

(2.º SEMESTRE)

De ordem do snr. Coletor, torno publico que, durante o corrente mês de agosto, se procederá nesta Coletoria a cobrança do imposto acima, relativo ao 2.º semestre do corrente.

Os contribuintes que não satisfizerem seus pagamentos dentro do prazo acima, poderão fazê-lo nos meses de setembro e outubro, respectivamente, com as multas de 10 e 20 %.

Terminados os prazos acima citados, serão extraídas as certidões para a devida cobrança executiva.

Coletoria Estadual de Florianopolis, em 1.º de agosto de 1934.

Francisco Büchele Barreto
Escrivão

(2.668)

zoito (18) do corrente, às quatorze horas, à porta do Palácio da Justiça, os seguintes bens pertencentes ao espolio de Enéas Cardoso, para pagamento de dividas do espolio, cujo inventario se está procedendo neste juizo: — Uma casa sita à rua Curitibanos numero cincoenta e quatro, nesta Capital, com duas janelas na frente, construída de tijolos, coberta de telhas, forrada, assolhada e envidraçada, tendo nos fundos um galpão de madeira, edificado em terreno de propriedade de D. Margarida Cardoso Gagego, avaliado tudo pela quantia de dois contos e oitocentos mil réis (2:800\$). E para que chegue ao conhecimento de todos a quem interessar possa mandei expedir o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Florianopolis, aos dez dias do mês de Agosto de mil novecentos e trinta e quatro. Eu, Arthur Galetti, escrivão, subscrovi (a.) Miletto Tavares da Cunha Barreto. — Na margem. — Selo afinal. Está conforme o original ao qual me reporto e dou fé.

Arthur Galetti

Escrivão

(355)

Prefeitura do Municipio de Florianopolis

De ordem do sr. Prefeito Municipal intimo os srs. Antonino B. Linhares e Luiz Gonçalves da Luz, proprietarios, aquele de terrenos à Avenida Hercilio Luz compreendidos entre as ruas Tiradentes e Vitor Meireles e o segundo de terrenos de frente à rua Vitor Meireles a mandarem construir os muros e respectivos passeios; findo o prazo de 30 dias se os referidos serviços não estiverem feitos serão executados pela Secção de Obras Publicas desta Prefeitura Municipal.

Secção de Obras Publicas da Prefeitura do Municipio de Florianopolis, 7 de agosto de 1934.

Raymundo Rothsaht
Eng. Ajudante da Secção de Obras Publicas (2,756)

De ordem do senhor Prefeito intimo os srs. Francisco Nappi, proprietario do predio da rua Deodoro, onde está a serreria a rebocar e pintar o referido predio e muros; Celestino Lopes da Silva (Herdeiros) proprietarios dos predios nos. 95 e 99 do Largo 13 de Maio a pintar as duas casas fronteiras à rua Tiradentes e Dorval Moellmann (Herdeiros de) proprietarios do predio da rua Frei Caneca n. 86 a rebocar e pintar o muro do referido predio.

Secção de Obras Publicas da Prefeitura do Municipio de Florianopolis 28 de julho de 1934.

R. Rothsaht
Eng. ajud. da Secção de Obras Publicas. (2.617)

HERANÇA Indagações

Para satisfazer o pedido do tabelião Fraz Doppler, de Stockerau, N. O., Austria, precisa-se saber, nesta Secretaria, do endereço de Francisca Bixi, nascida em Strougal, e de Franz Strougal, que residiam em Jo invile à rua Schmid n. 154.

Trata-se da herança deixada por Julia Kaiser, falecida em Sierndorf aos 5 de julho do ano passado.

Secretaria da Prefeitura do Municipio de Florianopolis, 16 de julho de 1934.

A. Ramos
Secretario da Prefeitura (2.414)

Ordem dos advogados do Brasil

O Código de Ética profissional

Damos a seguir o Código aprovado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil:

Preambulo: Este Código acrescenta as normas gerais de ética as que o advogado deve especialmente observar.

SEÇÃO 1ª

Deveres fundamentais

I — Os deveres do advogado compreendem, além da defesa dos direitos e interesses que lhe são confiados, o zelo do prestígio de sua classe, da dignidade da magistratura, do aperfeiçoamento das instituições de Direito, e, em geral, do que interesse à ordem jurídica.

II — Não se permite ao advogado:

a) angariar, direta ou indiretamente, serviços ou causas;

b) inculcar-se para prestar serviços, ou oferecê-los, salvo gratuitamente e em benefício de pessoa necessitada, ou de instituição de utilidade pública;

c) anunciar imoderadamente admitida apenas a indicação de títulos, especialidade, sede, de escritório e correspondentes;

d) solicitar, provocar, ou sugerir publicidade que importe propaganda de seus merecimentos ou atividades.

III — Cumpre ao advogado:

a) guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício;

b) prestar, desinteressadamente, serviços profissionais aos miseráveis que os solicitarem. Designado para esse fim, não pode o advogado, sem motivo justo, excusar-se, cumprindo-lhe proceder com todo o esforço e solicitude;

c) emitir, publicamente, quando solicitado por pessoa idônea, e se o considerar oportuno, parecer fundamentado sobre questões jurídicas de interesse geral, inspirando-se nos princípios de Direito, nos preceitos legais e no bem comum.

SEÇÃO 2ª

Primeiras relações com o cliente — Aceitação da causa

I — Deve o advogado:

a) denunciar, desde logo, a quem lhe solicite parecer, ou patrocínio, qualquer circunstância que possa influir na re-

solução de lhe submeter a consulta ou confiar a causa;

b) inteirar-se de todas as circunstâncias do caso, antes de emitir juízo sobre ele;

c) não se pronunciar sobre caso que saiba entregue ao patrocínio de outro advogado, sem conhecer os fundamentos da opinião, ou da atitude, do mesmo advogado, e na presença dele, ou com seu previo e expresso assentimento;

d) informar os clientes dos riscos, incertezas e demais circunstâncias que possam comprometer o êxito da causa;

e) evitar tudo o que possa induzir o cliente a demandar, ressalvado o esclarecimento dos seus direitos;

f) não assumir, salvo em circunstâncias especiais, o custo da causa;

g) recusar o patrocínio da causa que considere ilegal, injusta, ou imoral, cumprindo-lhe, salvo impedimento relevante, motivar a recusa quando o cliente o solicite. E, todavia, direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado;

h) não aceitar procuração sem a anuência do advogado, com que tenha de colaborar, ou a quem substitua, salvo, nesta hipótese para revogação de mandato anterior, por motivo justificado;

i) verificação, com isenção, dos motivos da resolução do cliente, quando convidado para substituir outro advogado constituído anteriormente, aconselhando, nesse caso, o cliente a obter a desistência do mandato anterior e a liquidar previamente as contas do seu colega;

j) abster-se de patrocinar causa contrária à validade do ato jurídico em que tenha colaborado, e de aconselhar, ou procurar por uma parte, depois de aceitar mandato da outra, ou de receber desta segredos da causa. A mesma abstenção será observada, ainda que o advogado tenha sido apenas convidado pela outra parte, se esta lhe houver comunicado a orientação geral da demanda e obtido seu parecer sobre as probabilidades de êxito, salvo sendo malicioso o convite, afim de criar o impedimento;

k) não assumir o patrocínio de interesses que possam entrar em conflito, salvo depois de esclarecidos os próprios

interessados. Consideram-se estes esclarecidos, quando, scientemente, constituem o mesmo advogado.

II Quando se apresentar possibilidade de composição satisfatória, deverá o advogado aconselhar o cliente a preferi-la, evitando a demanda, ou terminando-a, se iniciada.

SEÇÃO 3ª

Exercício da advocacia

I Aplicará o advogado todo o zelo e diligência, e os recursos de seu saber, em prol dos direitos que patrocinar.

II Nenhum receio de desagradar a juiz, ou de incorrer em impopularidade, deterá o advogado no cumprimento de seus deveres.

III Zelar o advogado pela sua competência exclusiva na orientação técnica da causa, reservando ao cliente a decisão do que lhe interessar pessoalmente.

IV Não afirmará o advogado, como argumento, sua convicção pessoal da inocência do cliente ou da justiça da causa.

V Manterá o advogado, em todo o curso da causa, perfeita cortesia em relação ao colega, adverso, e evitará fazer-lhe alusões pessoais.

VI O advogado poderá publicar, na imprensa, alegações forenses, que não sejam difamatórias, não devendo, porém, provocar, ou entreter debate sobre causa de seu patrocínio. Quando circunstâncias especiais tornarem conveniente a explanação pública da causa, poderá fazê-la, com a sua assinatura e responsabilidade, evitando referência a fatos estranhos.

VII Nos memoriais e outras publicações, sobre causas que possam envolver escândalo público, especialmente as referentes ao estado civil e as que interessam a honra ou boa fama, omitirão os advogados a indicação nominal dos litigantes.

VIII E' defeso ao advogado:

a) advogar, procurar ou aconselhar contra disposição literal da lei;

b) desempenhar os feitos, sem motivo justo e ciência do constituinte;

c) fazer requerimentos, promover diligências e, em geral, praticar atos desnecessários ao andamento da causa, com o intuito exclusivo de perceber ou avolumar custas, ou maliciosamente protelatórios;

d) fazer cota em peça dos autos;

e) alterar maliciosamente, ou deturpar, o teor de depoimento, documentos, alegação de advogado contrario, citação de obra doutrinária, de lei, ou de sentença; redigir infiel-

mente depoimento ou declaração; em suma, por qualquer modo, iludir, ou tentar iludir, o adversário, ou o juiz da causa;

f) adquirir, mesmo em hasta pública, bem penhorado, ou arrecadado, no processo em que tenha intervenção;

g) entender-se diretamente com a parte adversa, que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste.

SEÇÃO 4ª

Relações pessoais com o cliente

I Deve o advogado:

a) evitar, quanto possa, que o cliente pratique, em relação à causa, atos reprovados por este Código. Se o cliente persistir na prática de tais atos, terá o advogado motivo fundado para desistir do patrocínio da causa;

b) não entregar autos judiciais ao cliente;

c) comunicar imediatamente ao cliente o recebimento de bens ou valores, a ele pertencentes;

d) dar ao cliente, quando este as solicite, ou logo que concluído o negócio, contas permenorizadas do mandato. Não lhe é permitido reter documentos, nem quaisquer quantias, bens ou valores, ou compensá-los, fóra dos casos legais;

e) indenizar prontamente o prejuízo que causar, por negligência, erro inexcusável ou dolo;

f) expor ao cliente, afim de que este resolva o que lhe convier, o conflito de opiniões sobre ponto capital do feito, no caso de divergência com outro advogado constituído conjuntamente.

g) evitar receber do cliente, em prejuízo deste, segredo, ou revelação, que possa aproveitar a outro cliente, ou ao próprio advogado.

II E' aconselhável que o advogado:

a) restitua ao cliente os papéis de que não precisa;

b) dê recibo das quantias que o cliente lhe pague, ou entregue, a qualquer título;

c) não apresente alegação grave, sobre matéria de fato ou depremente de qualquer das partes litigantes, sem que se funde, ao menos, em princípio de prova atendível, ou que o cliente a autorize por escrito;

d) não aceite poderes irrevogáveis, ou em causa própria, nem, em regra, os de transigir, confessar, desistir, sem indicação precisa do objeto, ainda que fóra do instrumento do mandato.

SEÇÃO 5ª

Relações em Juízo

I Deve o advogado:

a) tratar as autoridades e os funcionários do Juízo com respeito, discreção e independência, não prescindindo de igual tratamento por parte deles e zelando as prerrogativas a que tem direito;

b) representar ao poder competente contra autoridade e funcionários do Juízo por falta de exação no cumprimento do dever;

c) tratar com urbanidade a parte contrária e as testemunhas, peritos e outras pessoas que figurem no processo, não compartilhando nem estimulando odios ou ressentimentos;

d) abster-se de entendimentos tendenciosos ou de discussão, particularmente, com o Juiz, sobre a causa a propor ou em andamento.

II Não póde o advogado entrar em combinações com serventuários de justiça, ou seus auxiliares, para desviá-los do exato e fiel cumprimento de seus deveres.

SECÇÃO 6a.

Exercício de cargos publicos e relações com a administração

I — O advogado não se valerá de sua influencia política em beneficio do cliente, e deverá evitar qualquer atitude que signifique o aproveitamento dessa influencia para o mesmo fim.

II — O advogado, investido de mandato legislativo, não deve, na corporação de que faça parte, votar materia que favoreça, pessoal e diretamente, a cliente seu nem discutir assunto dessa especie, salvo se revelar, desde logo, a circunstancia aludida.

III — O advogado, que ocupar cargo na administração publica, não pode patrocinar interesses de pessoa que tenha negocios de qualquer natureza com os serviços em que ele funcione.

IV — O advogado, que não exerça função da administração publica ou mandato legislativo, pode prestar serviços profissionais perante corporações legislativas, ou repartições, com a dignidade exigida para o seu officio em juizo.

SECÇÃO 7a.

Desistencia do mandato

I — Declinará o advogado do mandato, ressalvadas estipulações contratuais anteriores, logo que sinta faltar-lhe a confiança do cliente.

II — Sobrevindo conflito de interesses entre seus constituintes, não se acordando os interessados, renunciará o advogado ao mandato de uma das partes.

III — No caso da renuncia de mandato, terá o advogado

o maior cuidado em presservar a defesa dos direitos, a ele confiados, e abster-se-ha de declaração publica ou nos autos, sobre a causa.

SECÇÃO 8a.

Honorarios

I — E' recomendavel que se contrate, previamente, por escrito, a prestação dos serviços profissionais.

II — O advogado não se associará com o cliente em causa que patrocine, podendo, no entanto, contratar honorarios variaveis segundo o resultado conseguido, ou consistentes em percentagem sobre o valor liquidado.

III — Os honorarios profissionais devem ser fixados com moderação, atendidos os elementos seguintes:

a) a relevancia, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas;

b) o trabalho e o tempo necessarios;

c) a possibilidade de ficar o advogado impedido, de intervir em outros casos, ou de se desavir com outros clientes, ou terceiros;

d) o valor da causa, a condição economica do cliente e o proveito para ele resultante do serviço profissional;

e) o caracter da intervenção, conforme se trate de serviço a cliente avulso, habitual, ou permanente;

f) o logar da prestação dos serviços, fora ou não do domicilio do advogado;

g) competencia e o renome do profissional;

h) a praxe do fôro sobre trabalhos analogos.

IV — O advogado subestabelecido com reserva de poderes deve ajustar sua remuneração com o colega que lh'os outorgou.

V — E' aconselhavel que, tendo de cobrar judicialmente honorarios, o advogado se faça representar por um colega.

SECÇÃO 9a.

Observancia do Codigo

I Deve o advogado levar ao conhecimento do órgão competente da Ordem, com discreção, e fundamentadamente, as transgressões das normas deste Codigo, do Regulamento da Ordem, ou do Regimento respectivo, cometidas por outro advogado em relações com o reclamante, ou cliente seu.

II — Quando em duvida sobre questão de etica profissional que considere não prevista neste Codigo, o advogado, antes de qualquer atitude, apresentará o caso, em termos gerais, ao Tribunal Especial da Secção. Se reconhecer que a hipotese não está precisamen-

te regulada, o Tribunal comunicará a decisão adotada, ao presidente da Secção, e este a transmitirá, com o parecer do Conselho da mesma Secção, e todos os votos emitidos, ao Conselho Federal, para que a considere em sua primeira reunião subsequente.

III — Sempre que tenha conhecimento de transgressão das normas deste Codigo, a Comissão competente, ou o presidente da Secção, ou subsecção, chamará a atenção do responsavel para o dispositivo violado, sem prejuizo das penalidades applicaveis.

SECÇÃO 10a

Extensão do Codigo

As regras deste Codigo o brigam os provisionados e os solicitadores, no que lhes fôr applicavel.

SECÇÃO 11a

Modificação do Codigo

Qualquer modificação deste Codigo sómente será feita pelo Conselho Federal, em virtude de proposta do Conselho de alguma das Secções, comunicado aos demais Conselhos com antecedencia minima de 90 dias.

SECÇÃO 12a

Vigencia do Codigo

O presente Codigo entrará em vigor, em todo o territorio nacional, a 15 de Novembro do corrente ano, cabendo aos presidentes das Secções e sub-seccões da Ordem promover a sua mais ampla divulgação.

Sala das Sessões do Conselho Federal, aos 25 de Julho de 1934. **Levi Carneiro**, presidente; **Attilio Vivacqua**, secretario geral; **Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas**, presidente da Secção de Pernambuco; **Nerêu Ramos**, presidente da Secção de Santa Catarina; **Francisco Barbosa de Rezende**, **Targino Ribeiro**, **Philadelphio Azevedo**, delegado da Secção do Distrito Federal; **Carlos de Moraes Andrade**, **S. Paulo**, **Leopoldo L. da Cunha Mello**, **Amazons**, **Demosthenes Madsureira de Pinho**, **Baia**, **Sanelva de Rohan Araujo Soares**, **Alagoas**, **Eurico Vale**, **Pará e Acre**, **Alarico de Freitas**, **Espirito Santo**, **Alberto Roselli**, **Rio Grande do Norte**, **João Villas-Boas**, **Mato Grosso**, **Haroldo Valladao**, **Paraná**, **João Pedro dos Santos**, **Sergipe**, **Arnaldo Tavares**, **Estado do Rio**, **Pedro Aleixo**, **Minas Gerais**, **J. J. Pontes Vieira**, **Ceará**.

(2852)

Diretoria de Terras e Colonização

INSPETORIA DO 2º DISTRITO

Sede em Tubarão

EDITAL N. 24

Prazo de 30 dias

De ordem do sr. Eng. Director de Terras e Colonização, faço público aos interessados que as petições requerendo titulos definitivos, cujos numeros, nomes dos requerentes, datas das concessões, situações, confrontações dos terrenos vão abaixo mencionados, se acham nesta Inspeção com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo de 30 dias, findo o qual e não havendo contestação serão as ditas petições encaminhadas a despacho final do exmo. sr. Interventor Federal.

MUNICÍPIO DE CRESCIUMA

547/34— José Cesario da Silva, requer titulo definitivo do lote n. 15, da linha «Tres Ribeirões», concedido por despacho de 31/1/1927, confrontando ao Norte com o lote n. 6 da linha «Antas», de propriedade de Martim Pizzette, ao Sul com o lote n. 14 da linha «Tres Ribeirões» de Antonio Scotte, ao Leste com o lote n. 17 da mesma linha de Antonio Comiro e a Oeste com lote n. 18 da mesma linha pertencente a Dionisio Milhori.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

2.586/33 — Stangheslin Giovanni, requer titulo definitivo do lote n. 152 A, da linha «Rio Carvão», concedido por despacho do Governo, confrontando ao Norte com os lotes ns. 152 B. 154 B e 156 B da linha «Rio Carvão», ao Sul com os lotes ns. 2 e 4 da mesma linha, ao Leste com o lote n. 150 A da mesma linha e a Oeste com o lote n. 154 A da mesma linha.

E para que não se alegue ignorancia lavrei o presente edital, do qual extraí diversas copias para serem publicados pelo «Diário Oficial do Estado» e afixadas nos logares mais publicos dos municípios de Cresciuma e Urussanga.

Inspeção do 2º Distrito de Terras e Colonização, Tubarão, em 26 de julho de 1934.

Braulio J. Dias

INSPETOR

(2.654)

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUB-DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Movimento da Tesouraria, em 13 de agosto de 1934

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 11	1.044:079\$600
Receita Orçamentaria	
Selo por desconto	335\$300
Renda da Ponte «Hercilio Luz»	769\$500
Indenizações	
Alugueis de casas	12\$900
Fundo Escolar	1:117\$700
Maria M. Vieira	17\$100
Montepio	626\$400
Descontos a s/favor	1.045:840\$800

PAGAMENTOS

Despesa Orçamentaria	
Secretaria do Interior	
Vencimentos de julho—em chéques	8:471\$400
Secretaria da Fazenda	
Vencimentos de julho—em chéques	2:041\$800
Hotel La Porta, de hospedagem dos Acadêmicos de Direito e General Franco Ferreira e sua comitiva	1:255\$800
Pedro Alcantara Machado, para o porte da correspondência postal da Diretoria da Instrução Pública	200\$000
Creditos Especiais	
Decreto n. 13, de 13-3-34	
Ciriaco T. Aterino	2:541\$700
Decreto n. 35, de 5/6/1934	
Josefina C. Andrada	351\$100
Julia Reis Simas	552\$000
	903\$100
Depositos de diversas origens	
Manoel Galdino Vieira	1:000\$000
Montepio	
Pensões de julho	694\$700
Empréstimo a 4 contribuintes	695\$000
Saldo na tesouraria para o dia 14	1.028:037\$300
	1.045:840\$800

Disponibilidades gerais, na Tesouraria e nos Bancos do Brasil e Nacional do Comércio

Para Depositos de Diversas Origens	173:868\$644
Para Fundo Escolar	13:626\$950
Para Fundo do Serviço de Estatística	3:615\$700
Para Montepio:	
Total	451:152\$000
Menos depositado nos Bancos em c/c direta	394:117\$900
Para compromissos externos	57:034\$100
Para despesas ordinarias do Estado	10:300:781\$100
	829:891\$006
Total Rs.	11:378:818\$400

Dante Natividade, conferente
Encarregado do Contrôlê

Lino Soncini
Tesoureiro

VISTO João Silveira de Souza Sub-Diretor (2848)

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS

Movimento da Tesouraria, no dia 13 de agosto de 1934

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 11 (em caixa) 29:604\$373

RECEITA ORÇAMENTARIA

Renda Tributaria	137\$600
Imposto predial urbano	485\$000
Imposto de industria e profissão	330\$000
Imposto sobre gado abatido	4\$000
Emolumentos e averbações	90\$000
Taxa de calçamento	1\$000
Taxa de expediente	1:047\$600
Renda Patrimonial	
Alugueis de compartimentos	1:300\$000
Pescado	35\$000
Taboleiros	40\$000
Renda Eventual	
Cobrança da dívida ativa	935\$680
Rendas diversas	38\$400
Multas por móra	6\$200
Multas por infração	40\$000
Receita com aplic. especial	
Adicional de 10% sobre a Renda Tributaria hoje arrecadada	104\$760
	33:152\$043

PAGAMENTOS

DESPESA ORÇAMENTARIA

Juros de Apolices e Titulos: pago do 2. semestre de 1933 e 1. de 1934	2:540\$840
S. A. Casa Moellmann, sua fatura n. 638	160\$200
Gumercindo Medeiros, sua nota de 31 de julho	49\$000
Blaise Faraco, idem de 20 de julho	42\$000
Receita Orçamentaria	29\$600
Dulce Pereira, por. n. 748	39:330\$373
BALANÇO	33:152\$013

Discriminação dos saldos

Disponível	
Em caixa	30:330\$373
No Banco Nacional do Comércio	48:488\$500
Conta n. 1	78:818\$873

Serviço de juros de apolices

No Banco Nacional do Comércio	
Conta n. 3 (Para resgate de juros em atraso até 1931)	17:032\$151
Conta n. 4 (Para resgate de juros em atraso de 1932)	704\$300
	17:736\$451

Cauções

No Banco Nacional do Comércio	
Conta n. 5 (Depositantes de dinheiro)	8:822\$700
	105:378\$024

Prefeitura do Municipio de Florianopolis, 13 de agosto de 1934.

Leonidas de S. Medeiros
Tesoureiro

O. P. Machado
Chefe da Secção de Contab.

(2.840)

ESTATUTOS DO FRONTEIRA F. B. CLUBE

Da associação e seus fins

Art. 1º — Fronteira Futebol Clube, sociedade reorganizada nesta cidade em data de 1 de Setembro do ano de 1932, destina-se a promover entre os seus associados todo o genero de esportes, inclusive remo, quando assim o permitir a situação economica do Clube, dispensando, sobre modo, particular interesse na discriminação e pratica do futebol «Association».

Art. 2º — A sede da sociedade funcionará em edificio adequado para esse fim, previamente ajustado pela diretoria, enquanto não for possível instalá-la em edificio proprio.

Art. 3º — Para recreio dos socios será estabelecido em sua sede toda sorte de jogos permitidos em sociedade, bem como um gabinete de leitura.

Art. 4º — O recinto da sede social é privativo dos socios e suas familias.

Paragrafo unico — Para tal fim é considerado como membro da familia do socio: a) sua esposa. b) suas filhas e irmãs quando solteiras ou viúvas. c) seus filhos e irmãos menores de 16 anos.

Art. 5º — O patrimonio da sociedade será constituído pelos rendimentos fixos e eventuais; moveis e imoveis que venha possuir por qualquer meio de aquisição.

Art. 6º — As cores do Fronteira F. B. Clube serão verde e branca.

Art. 7º — A sua bandeira ficará assim constituída:

Art. 8º — O uniforme do primeiro quadro constará de camisa de tricot em listas verticais verde e branca e calção branco.

Art. 9º — O uniforme do segundo quadro será constituído de camisa de tricot totalmente verde com calção branco, debruado de verde.

Art. 10º — Tanto o edificio da sede do Clube, como seus pertences, sobre qualquer pretexto, não poderão ser cedidos para manifestações, conferencias ou festejos de caracter politico, religioso ou ofensivo a quem quer que seja.

CAPITULO II

Dos socios e sua admissão

Art. 11º — Poderão fazer parte do quadro social, e serem admitidos como socios. A) todas pessoas idoneas, maiores de 16 anos, qualquer que seja a profissão, religião ou cor politica. B) Os menores de 16 anos com o consentimento previo dos pais, tutores ou responsáveis diretos.

Art. 12º — Para ingressar definitivamente no quadro social deve o ingressante ser proposto por dois socios em pleno gozo dos seus direitos que em requerimento dirigido a Diretoria, peçam admissão do proposto, podendo esta aceitar ou opor-se à proposta feita, e se lhe convier e em caso de veto, guardar sigilo da deliberação tomada.

Art. 13º — Serão admitidas quatro categorias de socios a saber: A) Honorarios. B) Benemeritos. C) Contribuintes. D) Remidos.

Art. 14º — O titulo de socio Honorario será conferido ao socio que prestar relevante serviço à sociedade, por proposta da Diretoria à Assembléa Geral.

Paragrafo 1º — Esta proposta deve ser aprovada pela Assembléa, por escrutinio secreto com 2/3 de votos pelo menos do numero de socios presentes.

Art. 15º — Fará já ao titulo de socio benemerito o associado que por doação ou qualquer outro meio, a juizo da Diretoria, beneficiar a sociedade de um modo positivo e concreto.

Art. 16º — Será considerado socio contribuinte todo aquele que estiver inscrito antes de entrar em vigor estes Estatutos, ou o que, como tal, em qualquer epoca seja admitido.

Art. 17º — Considera-se como socio remido todo o socio que contribuir com a importância de 300\$000 para os cofres da sociedade.

Paragrafo 2º — Os socios pertencentes às categorias especificadas nas letras A), B) e D) do artigo 13º além de ficarem isentos do pagamento de joia e mensalidade, tem os seus direitos equiparados aos socios à categoria enumerada na letra C) do mesmo artigo.

Art. 18º — Para todos os efeitos será considerado como data de admissão aquela em que tiver sido aceita a proposta de socio, depois de feita pela secretaria a comunicação de estílo.

Art. 19º — Os socios propostos são responsáveis diretos pelo pagamento da joia e primeira mensalidade do socio proposto, caso este negue seu pagamento reclamado, quando apresentado pelo tesoureiro o respectivo talão.

Paragrafo 3º — A joia será de 10\$000.

CAPITULO III

Direitos, deveres e penalidades

Art. 20º — São direitos dos socios: a) votarem e serem vo-

tados b) proporem à Diretoria por escrito ou verbalmente às Assembléas Gerais quaisquer medidas ou providencias que reputarem proveitosas ao Clube. c) representarem e reclamarem por escrito, perante a Diretoria sobre quaisquer irregularidades ocorridas no recinto da sociedade ou mesmo no campo destinado aos exercicios atleticos. d) pedirem à Diretoria a Convocação Assembléa Geral Extraordinaria ou em requerimento assinado por seis socios no minimo. Fundamentando o pedido com a exposição minuciosa do assunto a ser ventilado. e) recorrerem dos atos da Diretoria para a Assembléa Geral, quando julgarem a sociedade ou a sua pessoa f) proporem novos socios de conformidade com o disposto nos artigos 11 e 12 deste Estatutos. g) Convidarem com ciencia da Diretoria, parentes ou pessoas amigas quando em transito por esta cidade, para comparecerem na sede do Clube, responsabilizando-se, todavia, pela conduta do convidado, dentro do recinto destinado aos seus associados. h) Para festas e diversões realizadas na sede social, a Diretoria poderá mediante proposta de um socio expedir convite para pessoas extranhas de transito por esta cidade. i) uma vez quitos com a tesouraria, tomarem parte nos jogos diversões promovidas pela Diretoria, digo, promovidos pelo Clube, de acordo com a organização do respectivo programa.

Art. 21º — SÃO DEVERES DOS SOCIOS: A) Pagarem pontualmente suas mensalidades que ficam foadas em 1\$000. B) Pagarem direta ou indiretamente pelo engrandecimento moral, social e esportivo da Sociedade prestando-lhe enfim, dentro de suas possibilidades todo o apoio, cooperação e auxilio. C) Cumprirem e fazerem cumprir rigorosamente as disposições destes Estatutos, de regulamentos internos e externos, respeitarem e acatarem as resoluções e atos da Diretoria ou da Assembléa Geral. D) Aceitarem salvo impedimento comprovado e desempenharem com o maximo criterio, os cargos e comissões que lhe conferidos pela eleição ou nomeação da Assembléa ou Diretoria. E) Cientificarem a Diretoria quando tiverem de ausentar-se temporariamente ou definitivamente desta cidade. F) Freqüentarem assiduamente a sede Social e comparecerem às Assembléas Gerais quando para elas convidados. G) Guardarem e fazer guardar toda a decencia no vestuario e nas atitudes quando no recinto ou no campo destinado aos exercicios atleticos. H) Não provocarem brigas na sede do Clube nem fomentarem discordias

entre os seus associados. I) Não provocarem nem manterem palestras obscenas ou polemicas sobre politica partidaria, religião ou vida privada. J) Guardarem toda a reserva e não divulgarem oocurrencias, accidentes desagradaveis ou fatos deprimentes que por ventura se desenvolvessem dentro do recinto social.

Art. 22º — Serão duas as penalidades impostas aos socios: a) Suspensão. b) Eliminação.

Constitue pena de suspensão e será aplicada pela Diretoria aos socios que infringir aos Estatutos e Regulamentos sociais: a) Faltar nas dependencias da sociedade com o respeito a qualquer membro da Diretoria ou portar-se inconvenientemente offendendo a qualquer que seja. b) Pela observancia dos dispostos nas letras c) g) h) i) j) do art. 21. c) Ao socio jogador que se comprometa a tomar parte nos treinos e sem motivo justo, a juizo do respectivo treinador a eles não comparecer.

Art. 24º — A pena de eliminação por constituir uma medida enérgica, será imposta ao socio, pelas transgressões previstas nos seguintes casos: a) Provocar o descredito da sociedade, tornando-se seu inimigo declarado, trabalhando contra seus interesses, ou fugindo aos seus deveres de solidariedade impostos por estes Estatutos. b) Em casos de reincidencias de penalidades exhibir ostensivamente armas que a lei qualifica de offensivas, ou portá-las em reuniões de sociedade sem o previo consentimento da Diretoria. c) O não pagamento de suas mensalidades no decorrer de três meses consecutivos. e) ao socio jogador que fizer parte do quadro escalado e no dia designado para o jogo defender outras cores sem previo consentimento da Diretoria.

Parag. 1º — As penas acima mencionadas serão applicadas exclusivamente pela Diretoria podendo o prejudicado recorrer a tal decisão para a Assembléa Geral.

Parag. 2º — O socio que for eliminado em virtude do item d) do art. 24º poderá ser readmitido uma vez que concorra com o pagamento das mensalidades atrasadas ficando além disso sujeito ao que estatua o capitulo.

CAPITULO IV

Art. 25º — A sociedade será dirigida por uma diretoria constituída de Presidente Honorario, Presidente e vice dito, primeiro e segundo Secretarios, Tesoureiro, Capitão Geral, Orador e Diretor Esportivo, que deverão ser eleitos em Assembléa Geral, por maioria de votos para os respectivos cargos.

Art. 26 — São atribuições da Diretoria: *a)* Cumprir e fazer cumprir as disposições dos presentes Estatutos e respectivo regulamento, bem como as próprias deliberações da Assembléa Geral. *b)* Expedir e modificar os Regulamentos atinentes às diversas repartições da sociedade. *c)* Aceitar ou não propostas para socios efectivos e propor a concessão do titulo de socio honorario e benemerito, fundamentando por escrito as razões das suas propostas. *d)* Convocar a Assembléa e organizar programas para as festas que pretender levar a efeito e designar dias para a sua realização, expedindo os convites que julgar convenientes. *e)* Suspender os direitos dos socios e de todos aqueles que incorrerem nas infrações dos artigos 22, 23, 24. *f)* Constituir-se em comissão de vigilância, durante as diversões e festejos evitando que assistentes procedem em desacordo com os outros. *g)* Suspender jogos quando delas resultarem perturbações ou desordem entre jogadores ou manifesto desrespeito às determinações ou regras aceitas. *h)* Restabelecer a ordem interna ou fazer executar os Estatutos quando ameaçados do desrespeito. *i)* Ceder os salões da sede quando solicitado por mais de dois socios que queiram a sua custa, realizar matinees e soirées dansantes, responsabilizando aqueles pelos danos que nessa ocasião forem causados em moveis e utensilios pertencentes a sociedade.

Art. 27 — Ao Presidente Honorario compete, quando presente, presidir todas as Assembléas Gerais.

Art. 28 — Ao Presidente efectivo compete: *a)* substituir ao Presidente Honorario quando ausente. *b)* Presidir todas as reuniões da Diretoria. *c)* Firmar as atas das sessões que presidir, expediente relativo a deliberação nelleas tomadas e juntamente o primeiro secretario fazer a correspondencia official. *d)* Rubricar todos os livros e talões da sociedade. *e)* Representar a Sociedade em Juizo ou fóra dele, podendo em qualquer hipotese constituir mandatario. *f)* Ordenar independentemente de autorização dos demais membros da Diretoria todas as despesas ordinarias que careçam de urgencia, uma vez que estas não excedam a 100\$000. *g)* Assinar conjuntamente com o tesoureiro todos os papeis e documentos relativos às despesas sociais. *h)* Nomear procuradores e zeladores de acordo com as necessidades. *i)* Promover todos os meios ao seu alcance para o engrandecimento da Sociedade, executar os dispositivos destes Estatutos e os Regulamentos que deles ema-

narem. *j)* Findo o periodo social apresentar a Assembléa Geral, um relatório circunstanciado de sua gestão, no qual demonstre o desenvolvimento do clube, referindo-se às principais occorências e lembrando medidas a serem tomadas.

Art. 29 — Ao vice-Presidente compete: *a)* Substituir o Presidente na sua falta, assumindo nesse caso todos os seus encargos e atribuições. *b)* Prestar-lhe auxilio quando por ele solicitado. *c)* No caso de renuncia do Presidente, succeder-lo definitivamente no cargo, faltando menos de 6 meses para a expiração do mandato, ou marcar dentro de 15 dias no maximo a eleição para o preenchimento da vaga si o prazo ultrapassar do acima estipulado.

Art. 30 — Ao primeiro Secretario compete: *a)* Substituir o Presidente no seu impedimento e na ausencia do vice-Presidente. *b)* Proceder o expediente, redigir e lavrar as atas das reuniões da Diretoria, assinando-as com o Presidente e demais membros presentes. *c)* Ter em boa ordem os papeis e documentos que tiverem de ser apresentados em reuniões e Assembléas Gerais. *d)* Firmar todos os avisos e convocações e conjuntamente com o Presidente a correspondencia official. *e)* Conservar sob sua guarda o arquivo da Sociedade, escripturar em livro especial o movimento de entrada e saída dos socios, tendo a relação dos que hajam perdido os direitos de o serem.

Art. 31 — Ao Tesoureiro compete: *a)* Arrecadar todas as contribuições, mensalidades, donativos e outros valores pertencentes a sociedade, pelos quais ficará sendo o unico responsavel. *b)* Efetuar todos os pagamentos requisitados depois das notas respectivas estarem visadas pelo Presidente ou seu substituto legal. *c)* Depositar no banco ou em casa de credito de confiança da Diretoria as quantias que excederem de 100\$000. *d)* Apresentar à Diretoria um balancete mensal acompanhado dos respectivos documentos, arquivando-os depois de aprovados, e findo o ano social, submeter ao exame dos socios um balancete geral discriminadamente organizado. *e)* Fornecer todos os dados ao primeiro Secretario para o fim de serem exarados em ata. *f)* Comunicar à Diretoria para os devidos fins quais os socios em debito para com a caixa social. *g)* Assinar conjuntamente com o Presidente os chéques ou ordens para o levantamento de dinheiro ou valores em deposito. *h)* Fiscalizar a fiel observancia das determinações em vigor para o bom funcionamento das arrecadações, contas e taxas que

possam produzir os jogos realísados.

Art. 32 Ao Capitão geral compete: estudar e organizar a pratica de futebol adotado pela sociedade. *b)* Fiscalizar todos os treinos officiais após a sua organização e manter a disciplina no campo. *c)* Propôr à Diretoria todas as medidas que achar convenientes ao desenvolvimento do esporte. *d)* Punir como achar conveniente ao jogador que em campo desrespeitar as suas ordens ou infringir os dispositivos expressos nestes estatutos. *e)* Propôr a Diretoria a realização de torneios internos ou externos. *f)* Dar ciência à Diretoria das modificações dos times principais. *g)* Solicitar em vale a quantia necessaria para o pagamento das despesas feitas com os treinos e jogos que realizar o clube. *h)* Trazer em boa ordem os apetrechos e os materiais sob sua guarda destinados ao jogos, assinando carga do estoque que lhe for confiado. *i)* Solicitar de quem de direito, a substituição do material que pelo seu constante uso se achar danificado.

Art. 33 Ao diretor esportivo compete: *a)* Ter em sua guarda o livro destinado a carga e descarga do material esportivo entregue ao capitão. *b)* Fiscalizar o estado e conservação do material esportivo mandando reparar o que julgar ainda aproveitavel. *c)* Zelar pela boa conservação da praça de desportos solicitando da Diretoria os reparos que julgar conveniente. *d)* Conservar em seu poder as chaves dos portões da cancha de exercicios atléticos. *e)* Fiscalizar os treinos interessando pelo preparo técnico das principais equipes e jogadores futuros. *f)* Chamar a atenção do capitão geral para as irregularidades que notar em campo, apontando as faltas cometidas pelos jogadores, applicando-lhes, caso não o faça o capitão geral, de acordo com a Diretoria, as penalidades que incorrerem.

Art. 34. — As Diretorias serão renovadas binualmente por eleição que se realizará impreterivelmente no segundo domingo do mês de Dezembro, salvo motivo de força maior.

Art. 35. — A posse da nova Diretoria efetuar-se-á no dia 31 de Dezembro do ano em que se realizar o pleito, em horas previamente fixadas.

Parag. 1. — Qualquer membro da Diretoria poderá ser reeleito.

Parag. 2. — A Diretoria poderá nomear comissões internas e externas para as festas e diversões que organizar.

CAPITULO V

Das Assembléas

Art. 36 — As Assembléas serão constituídas de socios quites em pleno gozo dos seus direitos sociais.

Art. 37 — A Assembléa ordinaria reunir-se-á duas vezes bialmente a saber: no segundo domingo do mês de Dezembro para os fins previstos no art. 34 destes estatutos e em 31 de Dezembro para empossar a nova Diretoria eleita e discutir e aprovar o relato correspondente à gestão finda.

Art. 38 — Para a realização dessas Assembléas será feita uma unica convocação realizando-se elas com a presença de qualquer numero de socios.

Art. 39 — As Assembléas gerais extraordinarias pedidas na conformidade das letras D e E do art. 20 terão lugar por convocação especial publicada 5 dias antes do dia marcado para a sua realização.

Art. 40 — As Assembléas gerais extraordinarias funcionaram legalmente, em primeira convocação com a presença de 2/5 de socios presentes e quites com a Tesouraria.

Art. 41 — Não comparecendo numero suficiente na primeira será convocada nova assembléa que se reunirá no prazo de 5 dias, com qualquer numero de socios quites.

Art. 42 Nenhum socio poderá usar da palavra por mais de duas vezes sobre o mesmo assunto.

Art. 43 — Serão isentos dessa condição os membros da Diretoria e os autores da proposta em discussão.

Art. 44 — A Assembléa geral compete: *a)* Elegar a Diretoria, dar-lhe posse e aprovar o relatório apresentado pela Diretoria anterior; *b)* Resolver sobre assunto que pela Diretoria ou qualquer socio seja submetido à sua apreciação; *c)* Deliberar sobre atos da Diretoria; *d)* Suspender a Diretoria ou isoladamente qualquer de seus membros quando circunstancia grave o impuzer; *e)* Tomar todas as resoluções consideradas a seu juizo como uteis a sociedade. *f)* O presidente honorario ou seu successor regular nas assembléas que presidir depois de empossados, escolherá entre os presentes dois socios para secretaria-lo.

CAPITULO VI

Das Eleições

Art. 45. — As Eleições serão feitas por escrutinio secreto e da seguinte maneira: *a)* Chamada pelo registro geral de socios. *b)* Votarão com recursos na segreda chamada os socios que não estiverem presentes por ocasião da primeira. *c)* As cedulas poderão ser manuscritas, impressas ou datilografadas. *d)* Deixarão de ser apuradas as cedulas que contiverem nomes ilegíveis ou incompletos em torno dos quais fizerem confusão ou duvida. Feita a segunda chamada, a urna será aberta pelo Presidente da mesa que efetuará a con-

agem das cedulas e uma vez que o numero destas corresponde a dos socios escreventes, procederá imediatamente a apuração do pleito. f) - Si este numero estiver em desacordo, a assembléa resolverá incontinentemente sobre o caso. g) - Verificado algum empate, decidirá a sorte. h) - Finda a apuração o Presidente proclamará eleitos os socios que no pleito obtiverem maioria de votos.

CAPITULO VII

Do Patrimonio social

Art. 46 — O Patrimonio da Sociedade será constituído a) - Dos saldos que se verificarem em saldos ou depositos. b) - Dos donativos particulares ou produtos de festas. c) - Dos moveis e utensilios. d) - De um fundo de reserva destinado especialmente a compra ou construção de um edificio proprio que funcione a sête social.

Parag. unico. — Para o aumento desse patrimonio (fundo de reserva) a Diretoria poderá lançar mão de todos os meios que julgar conveniente inclusive emissão de apolices entre os socios, cujo produto, sob qualquer pretexto, não terá outra applicação sem prévio consentimento da assembléa geral para esse fim convocada.

Art. 47. — A receita será constituída pela joia, mensalidade, donativos e rendas proporcionadas no recinto da Sociedade ou em festa a querealizar.

CAPITULO VIII

Disposições gerais e transitorias

Art. 48. — A Diretoria tem por dever: Quando necessario reunir-se todas as vezes que os interesses da Sociedade reclamarem.

Art. 49. — Os socios não respondem pelos atos que seus representantes praticarem, se não expressamente autorizados por Assembléa Geral legalmente constituída.

Art. 50. — O socio efetivo que se retirar voluntariamente da sociedade ou dele fôr excluido perderá todas as regalias e prerrogativa, sem direito a reclamação alguma.

Art. 51. — Cabe a Assembléa Geral, reunida com a presença de 2/3 de socios quites, deliberar a dissolução da Sociedade, caso não sejam cumpridos os despositivos expressos nestes estatutos.

Art. 52. — Resolvida a dissolução, a mesma Assembléa nomeará uma comissão que procederá o inventário e balanço liquidando os seus bens.

Art. 53. — Si algum saldo resultar dessa liquidação a comissão entregará-lo á immediatamente á Diretoria do Hospital de Caridade desta cidade para

EDITAL

QUALIFICAÇÃO REQUERIDA

Região—Santa Catarina

DECIMA ZONA ELEITORAL

Juiz: Dr. Alfredo von Trompowsky.

Escrivão: Hygino Luiz Gonzaga.

Qualificados por despacho de 10 de agosto de 1934:

5153 Alayde de Azevedo, ... 5154 Geraldo Barnabé da Silva, 5155 Teodorico da Costa, 5156 Antonio Giray, 5157 Manoel Feix da Silva, 5158 Manoel Nicolau Pereira, 5159 Joaquim Maria da Silva, 5160 Zigmom da Silva Fernandes, 5161 Olivia Domingas de Oliveira, 5162 Marina Catarina Silva, 5163 Francisca Miranda Machado, 5164 Libania Laurinda de Oliveira Goulart, 5165 Oswaldo Mello, 5166 Carlos Moritz, 5167 Flavio Bortuluzzi Souza, 5168 José Francisco dos Santos, 5169 Osny Ruffs, 5170 Odete Conceição, 5171 João Corrêa, 5172 Dario da Silva Reis, 5173 Paulina Paula de Oliveira, 5174 Honorina Maria Ferreira, 5175 José Francisco Filho, 5176 Maria Silva Camargo, 5177 Rosendo Figueiró, 5178 José Tertulino da Silva, 5179 Licério de Camargo, 5180 Maria Antonieta Freyelsen Moritz, 5181 Danton Parente de Natividade, 5182 Lucia Francisca Sagaz, 5183 Carlos Dominoni, 5184 Manoel Teixeira de Oliveira, 5185 Maria Luiza da Conceição, 5186 João Pinho da Silva, 5187 Alayde Bernardina da Silva, 5189 Antonio Ferreira da Silva, 5190 Herondina Loureiro da Luz, 5191 Ludovino Manoel Machado, 5192 Maria Alzira Mafra de Souza, 5193 Justina Veiga do Livramento, 5194 Heitor Lobo, 5195 Sebastião Vieira Brasil, 5196 Galdino Cardoso, 5197 Arthur Germano Haertel, 5198 Germano José Mid-

ser applicado na secção dos pobres daquela casa.

Art. 54. — Estes estatutos discutidos, aprovados e promulgados em Assembléa geral realizada em 18 de maio deste ano dos quais o senhor Presidente mandou imprimir 200 exemplares em formato especial.

CAPITULO IX

Disposições finais

Art. 55. — Estes estatutos vigorarão por tempo indeterminado podendo, entretanto, em qualquer época, serem revistos e alterados por Assembléa Geral para esse fim convocada.

Art. 56. — Revogam-se as disposições em contrario.

deldorf, 5194 João da Silva, 5200 Carlos Vieira Brasil, 5201 Felicidade de Almeida Conceição, 5202 Carlos Barcellos, 5203 Encarnação Fernandes, 5204 Iracilda Carneiro Ribeiro, 5205 Herminia Ferreira Machado, 5206 Francisca Luiza Vieira, 5207 Manoel Berto Teixeira, 5208 Martinho Natividade de Almeida, 5209 José João Góes, 5210 Apolinario Sebastião Bahia, 5211 Helio Sousa Silva, 5212 Candido José da Costa, 5.066 Olga da Silveira, 5.067 Julio Lobo, 5.068 Maria do Carmo e Silva, 5.069 Marcionilio Brito de Siqueira, 5.070 Manoel Gonçalves Pereira, 5.071 Francisca da Costa Britto, 5.072 Henrique Lourenço da Silva, 5.073 Arlinda Jovita Martins, 5.074 Marcolino Pereira, 5.075 Antenor João Vieira, 5.076 Maria Benta da Conceição, 5.077 Leopoldina Pires da Cunha, 5.078 Lauro de Lima Sarda, 5.079 Maria Catarina Alves, 5.080 Gertrudes Cordeiro, 5.081 Constança Belmira da Silva, 4.082 Jorge José da Rosa, 5.083 Basileia da Silva, 5.084 Ponciano Pedro Grapes, 5.085 Gilberto da Luz, 5.086 Ary Bernardes de Oliveira, 5.087 Zulma Vieira, 5.088 Leopoldo Teixeira, 5.089 Gonçalo José Martins, 5.090 Benjamin Gaia de Oliveira, 5.091 Lucas Vital Cardoso, 5.092 Hercilio Manoel da Silva, 5.093 José Sergio de Souza, 5.094 Sebastião Vasques da Silva, 5.095 José da Rosa, 5.096 Lidia Maria da Silva, 5.097 Casiano Jacques, 5.098 Maria Dionizia da Silva, 5.099 Isolina Xavier Pereira, 5.100 Izidoro Platão de Azevedo, 5.101 Maria Virgínia Machado, 5.102 Maria Aura de Paula, 5.103 Rosa Maria Martins, 5.104 Maria Francisca de Andrade, 5.105 Duartina Alexandrina da Silva, 5.106 Clotilde Silveira, 5.107 José Antonio Pacheco, 5.108 Maria José Feijó Asch, 5.109 Anna Nicolich do Livramento, 5.110 Rosalia Ferreira Rego, 5.111 José Antonio Goulart, 5.112 Simões Bateke, 5.113 Aristides Jordão da Silva, 5.114 Abelardo da Silva Millis, 5.115 Agostinho Silva, 5.116 Brasílio Alves, 5.117 Nestor Lucio Tollon, 5.118 Serafim de Souza Lopes, 5.119 Roberto Souza, 5.120 Waltha Artmann, 5.121 Felisberto de Oliveira, 5.122 Maria José Garcia, 5.123 Josué Rego, 5.124 Gentil Jeronimo Teixeira, 5.125 Petronilha Rodrigues do Amaral, 5.126 Virginia Rita Martins, 5.127 Berto Tertuliano Lobo, 5.128 Manoel Antonio Bruno, 5.129 Vitor Pereira do Nascimento, 5.130 Maria de Oliveira, 5.131 Jeronimo Francisco da Costa, 5.132 Altino Manoel de Jesus, 5.133 Argentino Brito da Silva, 5.134 Francisco Joaquim da Costa, 5.135 Ma-

Editai

Qualificação ex-officio

Região — Santa Catarina

Decima Zona Eleitoral

Juiz: Dr. Alfredo von Trompowsky.

Escrivão: Hygino Luiz Gonzaga.

Qualificados por despacho de 11 de agosto de 1934:

José Bezerra dos Santos, Antonio Leal dos Santos, José Antonio dos Santos, Euclides Celestino de Barros, José Sergio Xavier, Belisario Nogueira Ramos, Helio Mançelos Moura, Neryglissor Viegas Moura, Omar Berendt, Oswaldo Dominoni, Theobaldo Ulyssés Teixeira, Julita Linhares.

Florianopolis, 11 de agosto de 1934.

O Escrivão

Hygino Luiz Gonzaga

(2.837)

ria das Dores Rocha, 5.136 Braulio Silveira de Souza, 5.137 Felix Miroski, 5.138 José Bonifacio Malburg, 5.139 Ondina Regina Ferreira, 5.140 Aldo Ferreira, 5.141 Maria Isabel de Lima, 5.142 Vidal Vieira Dutra, 5.143 Maria Angelica de Andrade, 5.144 Dorvalina Maria Max, 5.145 Arnaldo dos Santos, 5.146 João Gaspar da Cruz, 5.147 João Silveira de Matos, 5.148 Aldimir Ozorio, 5.149 Alexandre Jorge Moisés, 5.150 José Brunsperger, 5.151 José dos Passos Sarda, 5.152 João Ferreira Filho.

Foram indeferidos: o de n. 5.033, do requerente Oscar Beirão Ruffs, por não estar reconhecida a firma da certidão; o de n. 5.037, do requerente Manoel Ludovino Machado, porque o prenome da petição não é igual ao da certidão; o de n. 5.072, do requerente Henrique Lourenço da Silva, porque a certidão de idade está incompleta; o de n. 5.039, da requerente Lucy Dias por não estar a certidão de nascimento com a firma reconhecida o de n. 5.124, do requerente Gentil Jeronimo Teixeira, pelo mesmo motivo; o de n. 5.124 do requerente Altino Manoel de Jesus, por estar a certidão raturada e finalmente os de ns. 5.107 e 5.149, respectivamente dos requerentes José Antonio Pacheco e Alexandre Jorge Moisés, porque os prenomes não são iguais aos das certidões,

Florianopolis, 9 de agosto de 1934.

O Escrivão

Hygino Luiz Gonzaga

(2.810)

Prefeitura do Municipio de Porto União

Balancete da receita e despesa, referente
ao mês de junho de 1934

Receita Orçamentaria

I Renda Tributaria

§ 1 Industrias e profissões	640\$000
» 3 Predial	900\$550
» 5 Imposto de testada	4:28\$296
» 6 Veículos e placas	132\$000
» 7 Licenças diversas	285\$000
» 9 Emolumentos	362\$000
» 11 Matadouro e xarquedas	690\$000
» 12 Remoção de lixo	264\$000
» 13 Posse não edificada	60\$000
» 14 Taxa de policiamento	973\$801

II Renda Patrimonial

» 2 Fôro e laudemios	561\$500
» 3 Cemiterio	8\$000

III Renda Eventual

» 1 Multas por infrações	70\$000
» 2 Mórás de pagamentos	470\$900
» 3 Cobrança da Dívida Ativa	1:424\$560
Rendas diversas	4\$000

Deposilantes de dinheiro

Por conta de calçamento	352\$751
Despesas por receber	57\$000
	11:684\$358
	1:635\$106
	13:319\$464

Saldo do mês de maio

Despesa Orçamentaria

Administração e Fiscalização

§ 9 Pago a Helmuth Müller, Prefeito, por despesas de viagem a Vila Nova do Timbó, conf. doc. n. 6	47\$500
» 10 Idem pela compra de um livro c/ corrente, conf. doc. n. 11	15\$000
» 10 Idem a F. Pacheco Cleto, s/ notas ns. 686 e 687, de material de expediente, conf. doc. n. 14	26\$600
» 10 Idem pelo frete de um pacote com talonários para o sub-prefeito do distrito de N. Galicia, doc. n. 17	\$800
» 12 Idem a Sergio de Oliveira, intendente do distrito de São João, s/ comissão sobre a arrecadação do mês de maio, conf. doc. n. 28	30\$942
» 9 Idem a Helmuth Müller, Prefeito, por condução de automovel, em viagem de inspeção das estradas de Pintado, de inspeção das estradas de Pintado, Maratá e Lança, nos dias 12 a 15 do corrente, doc. n. 36	120\$000
» 9 Idem a Luiz Ferrari, inspetor de estradas, por despesas de viagem aos distritos de Santa Cruz e Vila Nova do Timbó, conf. doc. n. 50	50\$000
» 10 Idem pelo frete de um engradado com Arquivos «Roesner» Oficial, conf. doc. n. 54	9\$500

Instrução Pública

» 2 Pago a Eugenio Schwegler, s/ nota de 9 taboas de imbuia para placas «Escola Pública Municipal», c. doc. 60	18\$000
» 1 Idem pela folha de pagamento aos professores s/ venc. do corrente mês:	
» 1 Idem a João Delwess, professor em Maratá, doc. 63	100\$000
» 1 Idem a Noemia Schultz, professora em Lacerda Coutinho, doc. 64	100\$000
» 1 Idem a Ana Kaminski, professora em Pintadinho, doc. 65	100\$000
» 1 Idem a José João Frederico, professor em São João, doc. 66	100\$000
» 3 Idem a Edy Touchen, pelo aluguel da casa onde funciona a Escola Estadual, em Tócos, relativo aos meses de abril, maio e junho, do corrente, conf. doc. 67	60\$000

Higiene e Assistência Pública

» 3 Pago ao indigente João Antonio dos	
--	--

Santos, auxilio, doc. 7	5\$000
» 3 Idem a Francisco de Paula Dias, pelo registro de obito do indigente João Mariano dos Santos, doc. 43	8\$000

Serviços Gerais

» 3 Idem a Veridiano Kulmann, varredor de ruas, s/ salarios, doc. 23	24\$000
» 3 Idem a Veridiano Kulmann, varredor de ruas, s/ salarios, de 11 a 16 do corrente, doc. 35	16\$500
» 3 Idem a Veridiano Kulmann, varredor de ruas, s/ salarios de 18 a 23 do corrente, doc. 49	18\$000
» 5 Idem a Josefina Esperança, por serviço de remoção de lixo, doc. 75	150\$000
» 3 Idem Veridiano Kulmann, varredor de ruas, s/ salarios de 25 a 30, doc. 76	16\$500

Dívida Flutuante

» 1 Pago a Helmuth Müller, por c/de s/ credito, doc. 13	400\$000
» 1 Idem a Emilio Ibsch, por conta de s/ credito, doc. 16	237\$600
» 1 Idem a Hermenegildo Marcondes, por c/de s/ credito, doc. 18	582\$220
» 1 Idem a Antonio Wolff, por c/de s/ credito, doc. 38	15\$000
» 1 Idem a Gustavo Jaeschel, por saldo de s/ credito, doc. 40	53\$200
» 1 Idem a Antonio Paes Carneiro, por saldo de s/ credito, doc. 44	300\$000
» 1 Idem a Francisco Otaviano Pimpão, por c/de s/ credito, doc. 59	200\$000
» 1 Idem a Ana Kaminski, por saldo de s/ credito, doc. 73	90\$000
» 1 Idem ao dr. Oscar Teixeira Soares, por saldo de s/ credito, doc. 74	40\$000

Despesas Eventuais

» 1 Pago por compra de selos para porteamento de correspondencia, doc. 9	10\$000
» 2 Idem por um telegrama, conf. recibo n. 11.175, doc. 10	3\$200
» 4 Idem por selos aplicados na conta de madeiras para a Estrada D. Francisca, doc. 24	3\$000
» 2 Idem pelo telegrama recibo n. 11.060, doc. 25	7\$200
» 2 Idem pelos telegramas ns. 299 e 300, doc. 39	9\$600
» 2 Idem pelo telegrama n. 319, doc. 41	4\$200
» 4 Idem a João Lucio Correia, pela assinatura do jornal «A Noticia», de Joinville, 2º semestre de 1934, doc. 52	20\$000
» 1 Idem a Jaime Correia Pereira, para compra de selos para porteamento de correspondencia, doc. 58	10\$000

Obras Públicas

» 1 Pago pelo frete de um wagon de paralelepipedos para o calçamento, doc. 8	33\$700
» 1 Idem pela folha de operarios de 1 a 9 do corrente, doc. 19	681\$000
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de conservação de ruas de 1 a 9, doc. 20	41\$000
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de const. do calçamento do dia 1 a 9 do corrente, doc. 21	175\$275
» 1 Idem pela folha de operarios em const. de bueiros do dia 1 a 9 do corrente, doc. 22	173\$000
» 1 Idem pela compra de 50 dormentes para capas de bueiros, doc. 26	40\$000
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de conservação de ruas dos dias 11 a 16 do corrente, doc. 31	483\$500
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de reconst. da Rua da Pedreira dos dias 11 a 16 do corrente, doc. 32	24\$000
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de const. de bueiros dos dias 11 a 16 do corrente, doc. 33	37\$500
» 1 Idem pela folha de operarios em serv. de const. de calçamento dos dias 11 a 16 do cor., doc. 34	132\$825
» 1 Idem pelo frete de um rebozo para serv. da Estrada Pogo Preto a Porto	

União, doc. 37	18\$000	
» 1 Idem a Albino Morotzki, por 24 peças de imbuia serrada para const. de boeiros e pontilhões na Estrada Cachoeirinha, doc. 42	102\$900	
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de conservação de ruas dos dias 18 a 23 do cor., doc. 45	266\$500	
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de reconst. da Rua da Pedreira dos dias 18 a 23 do cor., doc. 46	174\$000	
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de const. de boeiros dos dias 18 a 23 do cor., docs. 47 e 48	314\$000	
» 1 Idem a Ernesto Mozer, s/ nota de madeiras para const. de ponte na estrada da Colonia Chiqueirão, doc. 62	135\$700	
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de conservação de ruas dos dias 25 a 30 do cor., doc. 68	242\$000	
» 1 Idem pela folha de operarios em serviço de const. de boeiros dos dias 25 a 30 do cor., docs. 69 e 70	136\$000	
» 1 Idem pela rola de operarios em serv. de reconst. da Rua da Pedreira dos dias 25 a 30 do cor., doc. 71	169\$000	
» 1 Idem pela folha de operarios em serv. de medição e loteamento do terreno de Tócos dos dias 25 a 30 do corrente, doc. 72	41\$000	
» 1 Idem a Albano Hutner, por s/ nota de 27, 50 mts. de areia para o calçamento da Rua Prudente Moraes, doc. 77	137\$500	
» 2 Idem a Wenceslau Zipperer, por diversos concertos de ferramentas no corrente mês, doc. 73	23\$200	
» 2 Idem a Wenceslau Zipperer, por um carrinho de mão e um socador, doc. 79	48\$000	
» 1 Idem a João Neubauer, feitor, pela folha de pagamento de operarios em serv. de reconst. da estrada de Maratá a esta cidade, doc. 55	126\$000	
» 1 Idem a José Grobe, encarregado da turma de reconst. da estrada do Rio Timbó a Vila Nova do Timbó, conf. folha de pagamento dos meses de maio e junho do cor., doc. 56	863\$000	
Fôrragem para animais:		
» 2 Pago a Carlos Moro, s/ nota de 7 sacos de milho, conf. ordem ns. 101 e 106, doc. 57	84\$000	4:686\$200
Despesas por pagar:		
Pago a Theodoro Kroetz, por saldo de s/ credito de fornecimento do mês de maio do cor., doc. 1	116\$300	
Idem a Emilio Leskiu, por saldo de s/ credito, doc. 2	100\$000	
Idem a Alberto Entres, por saldo de s/ credito, doc. 3	301\$000	
Idem a Helmuth Müller, por saldo de s/ fornecimento no mês de maio do cort., doc. 4	142\$800	
Idem a Emanuel Rosa, por saldo de s/ credito, doc. 12	50\$000	
Idem a Ervino Koch, s/ letra por saldo da compra da maquina Remington, doc. 27	175\$000	
Idem a J. Menezes & Cia., por intermedio de s/procurador Artur Medeiros, por saldo de s/duplicata n. 270, doc. 29	207\$400	
Idem a Sebastião Araujo, por intermedio de s/procurador Hortencio Batista dos Santos, s/ credito relativo às rzeas abatidas no Matadouro Municipal no mês de maio do cor., doc. 30	245\$000	
Idem a Albano Malschitzki & Cia. Ltda., por saldo de s/ credito, doc. 51	172\$000	1:509\$500
Restituições:		
Pago a Alexandre Scholtz, por devolução, doc. 15		67\$320
Bens Moveis		
Pago pelo frete de um cofre Nascimento, doc. 53	312\$100	
Idem a Eugenio Schwegler, por um ar-		

Diretoria de Terras e Colonização INSPETORIA DO 1.º DISTRICTO

Sede: Bom Retiro

EDITAL N. 12

Prazo de 30 dias

De ordem do Sñr. Eng. Diretor de Terras e Colonização, faço publico, para conhecimento dos interessados, que as petições requerendo terras no municipio de Bom Retiro, cujos numeros, nomes dos requerentes, areas, situações e confrontações vão abaixo mencionadas, se acham nesta Inspeção com vistas aos oponentes ou interessados, durante o prazo de 30 dias, findo o qual e não havendo contestações, será feita por esta Inspeção a verificação das areas requeridas e logo em seguida encaminhadas a despacho final.

MUNICIPIO DE BOM RETIRO

749,34 Joaquina Ramos Padilha — requer 90 hectares no lugar «Campestre dos Hermes», confrontando:

Ao N. com terras medidas para Acelino João Padilha.

Ao S. com peráus e terras devolutas.

Ao L. com terras devolutas.

Ao W. com terras devolutas.

750,34 Frederico Triel — requer mais ou menos 237.590m.q. no lugar «Serra dos Alves», confrontando:

Ao N. com o rio Garganta.

Ao S. com terras de Narciso Ribeiro da Costa.

Ao L. com terras ocupadas por Jeronimo Ribeiro da Costa.

Ao W. com a Serra Geral.

751,34 Emilio Santos — requer mais ou menos 40 hectares no lugar «Rio do Leste», confrontando:

Ao N. com Vitor José de Bomfim.

Ao S. com o Patrimonio do Bom Retiro.

Ao L. com terras devolutas.

Ao W. com Palmiro Augusto

795/34 Augusto Welter — requer 30 hectares no lugar «Serra Azul», confrontando:

Ao N. com terras devolutas.

mario de imbuia (Fichario), doc. 61

Bens Imoveis

Pago por despesas de escritura de um terreno doado a esta Prefeitura por Proencio Augusto Chaves em Vila N.

do Timbó, doc. 5

Saldo em caixa

26\$800

3:555\$8982

13:319\$464

Fundos Disponiveis:

Depositados no Banco Nal. do Comercio, conta

n. 1, conf. caderneta

Saldo em caixa

5:000\$000

3:555\$8982

8:555\$8982

Tesouraria da Prefeitura Municipal de Porto União, 11 de

julho de 1934.

Jaime Corrêa Pereira

Secretario

Laiz Machado Balster

Tesoureiro

Helmuth Müller

Prefeito

(324)

Ao S. com terras devolutas.
Ao L. com a Companhia Colonizadora Catarinense.

Ao W. com a Serra Azul, 766/34 Alvaro Welter —

requer 30 hectares no lugar «Serra Azul», confrontando:

Ao N. com terras requeridas por Augusto Welter.

Ao S. com o Dr. Constancio Krummel.

Ao L. com a Companhia Colonizadora Catarinense.

Ao W. com a Serra Azul, 797/34 Alfredo Welter —

requer 30 hectares no lugar «Serra Azul», confrontando:

Ao N. com terras devolutas.

Ao S. com terras requeridas por Augusto Welter.

Ao L. com a Companhia Colonizadora Catarinense.

Ao W. com a «Serra Azul» 798/34 Manoel Ferreira de

Melo — requer mais ou menos 30 hectares no lugar «Serra dos Alves» confrontando:

Ao N. com terras devolutas.

Ao S. com terras devolutas.

Ao L. com terras requeridas por Remoaldo Cipriano Costa.

Ao W. com terras devolutas na «Serra dos Alves».

799/33 Remoaldo Cipriano Costa — requer mais ou menos 30 hectares no lugar «Serra dos Alves», confrontando:

Ao N. com terras ocupadas por Abilio Carvalho:

Ao S. com terras ocupadas por Jeronimo de tal.

Ao L. com o rio Trombudo Central.

Ao W. com terras requeridas por Manoel Ferreira de Melo.

E para que ninguém alegue ignorancia, lavrei o presente edital do qual extrai cópias para serem publicadas pelo «Diário Oficial do Estado» e

afixado nos logares mais publicos do municipio de Bom Retiro e proximo dos terrenos requeridos.

Inspeção do 1.º Distrito de Terras e Colonização, em Bom Retiro, 7 de Agosto de 1934.

Pedro A. Gonçalves

Inspector

(2.828)